

RETRADOS DA DIVERSIDADE: EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS ESCRITOS DE NÍSIA FLORESTA

Maria Suely da Costa ¹

RESUMO

Este trabalho se inscreve na linha de estudos da representação feminina em textos voltados para questões étnico-raciais. Teve por objetivo analisar textos da escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) vista como a primeira educadora feminista do Brasil, com fins verificar aspectos de suas ideias marcadas pelas questões étnico-raciais, propagadas no século XIX, se fazem presentes no nosso país até hoje. De natureza analítico-interpretativa, este estudo utilizou-se das obras *Opúsculo Humanirário* (1853) e *A lágrima de um caeté* (1849). Quanto ao referencial teórico, destacam-se as contribuições de Guimarães (1999), Duarte (1995), Bosi (1992, 2002), Hall (1999, 2006), Almeida (2018), Candido (1995, 2002), Ferreira Filho (2004), entre outros. Discutir questões em torno da educação para a diversidade, sob a via do resgate histórico, contribui para que identifiquemos a memória literária de forma contextualizada, possibilitando constituir-se em material a ser inserido em uma ação educativa, à luz do que preconiza a lei 11.639/08, voltada para a inserção do histórico cultural étnico-racial no contexto de ensino. Assim também entender que as representações construídas pelos sujeitos são resultados de significados utilizados nas formas de compreender o mundo e os objetos que dele fazem parte, pois a linguagem caracteriza-se, à espécie de um simulacro, como uma interpretação viva e dinâmica da realidade possibilitando-nos fazer uma análise das representações sociais com abertura para uma educação intercultural.

Palavras-chave: Educação, Relações étnico-raciais, Direitos Humanos, Nísia Floresta.

INTRODUÇÃO

A realidade histórica é marcada por constantes reflexos de violação de direitos humanos. No Brasil, um dos temas imprescindíveis para a compreensão sobre a formação da sociedade nacional são as relações étnico-raciais que até hoje demonstram graves desigualdades que favorecem uma cidadania segregatória e uma democracia parcial, principalmente para negros e indígenas mediante a reprodução de uma racionalidade colonizada que reforça práticas discriminatórias inscritas na mentalidade dos brasileiros.

Enquanto leitores de registros escritos, principalmente marcados por denúncias e reivindicações, é fundamental compreendermos o contexto, as lutas, e buscar, de forma comparativa, dar destaque às ideias que ainda são pontos de pauta na contemporaneidade,

¹ Doutorado em Estudos da Linguagem/ UFRN; Profa do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Estadual da Paraíba -UEPB, suelycosta@servidor.uepb.edu.br

potencializando, através do conhecimento, neste caso específico o negro e o índio, o olhar crítico.

Esta pesquisa está inserida na área de estudos da escrita feminina em textos de autoria da educadora, poetisa e escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), voltados para questões étnico-raciais. Tem por objetivo verificar aspectos de suas ideias marcadas pelas questões étnico-raciais, propagadas no século XIX, se fazem presentes no nosso país até hoje e são basilares para uma educação inclusiva voltada aos direitos humanos.

A motivação para este estudo é fruto da pesquisa de iniciação científica (PIBIC/UEPB) desenvolvida na cota 2020/2021, sob minha coordenação, voltada para as memórias biografadas da Nísia Floresta em cordel, em que foi possível verificar dentre as demais temáticas de atuação da referida escritora, o seu pioneirismo sobre as questões de educação, gênero, assim como étnico-raciais. Sobre estas últimas temáticas, verificamos a possibilidade de ampliar a pesquisa tendo em vista a relevância de melhor compreender o debate em torno do negro e do índio no contexto do Brasil do século XIX em pauta nos escritos de uma mulher vista pelo seu protagonismo nas letras, no jornalismo e nos movimentos sociais (DUARTE, 1995).

A escritora Nísia Floresta, embora ganhe destaque no cenário nacional pela sua militância em várias causas como o feminismo, abolição da escravatura e a defesa dos direitos indígenas, ainda é pouco conhecida a sua produção no que diz respeito às ideias voltadas para estes dois últimos grupos. Estudos sobre a sua produção escrita revelam o tom denúncia para com as práticas preconceituosas a grupos de representatividades negadas historicamente no Brasil: a mulher, o negro e o índio.

Com efeito, este estudo tem um caráter de continuidade na investigação de uma problemática que é, ao mesmo tempo, representativa do sistema cultural brasileiro: os aspectos que definem a representação do sujeito social pelo viés da linguagem. Porém, não deixa de ser inovador, uma vez que pretende ampliar o processo de investigação referente à produção escrita no século XIX sobre negros e índios no contexto brasileiro; dois grupos étnicos historicamente marcados por lutas, sobre os quais carecem ainda de muitos estudos. Um dos méritos deste estudo está em compreender que o conhecimento da história possibilita criar práticas que promovam a educação para o respeito à diversidade, a partir do reconhecimento das etnias e suas contribuições na formação e desenvolvimento do Brasil e de seu povo.

METODOLOGIA

A pesquisa se deu com a análise do *corpus* de estudo, a produção bibliográfica de Nísia Floresta, conforme sua forma de circulação, impresso ou digital. Assim também analisamos referenciais bibliográficos sobre a escritora, a historiografia literária, a história do Brasil, questões étnico-raciais e direitos humanos, dentre outros. Após leitura e análise dos textos que trazem a representação ou discussão sobre do negro e do índio, o passo seguinte foi a identificação dos sistemas simbólicos quanto a essa representação e a fixação da base teórica específica que norteou a discussão de modo compreender o sistema de significações e de representações culturais atuantes na matéria em questão.

Em função disso, a metodologia de estudo de caráter bibliográfico, baseou-se em pressupostos teóricos da história, da literatura e da teoria literária, uma vez que se manuseou o texto de natureza ensaística e literária; compreendendo-se aí que as determinações da realidade são os pressupostos da linguagem, cabendo, pois, à análise literária esclarecer como um sujeito histórico reflete uma realidade também histórica (MAGALHÃES, 2005). Desse modo, significativas serão as referências a respeito de cultura, identidade, etnia e raça, além das formulações teóricas sobre a educação e direitos humanos, para se compreender os potenciais e limites dessa abordagem na afirmação nas relações étnico-sociais (FEIX, 2012, FREIRE, 1979, MUNANGA, 1999, 2001, GUIMARÃES, 1999).

Colaboraram também os estudos teóricos referentes à representação e memória social, tendo em vista que a mesma se desenvolve no próprio processo de interação social, particularmente, naquelas situações relativas à difusão dos conhecimentos artísticos e científicos e estudos culturais (HALBWACHS, 2004). Além dos estudos sobre a produção literária da Nísia Floresta (DUARTE, 2019, 1995).

A compreensão é de que as ideias propostas há duzentos anos por Nísia Floresta podem perfeitamente contribuir para uma educação voltada para a realidade, na medida em que apresenta ao leitor uma visão de mundo, que pode se assemelhar ou não à sua, mas que suscita variados questionamentos que podem levar a uma reflexão sobre o contexto em que se vive, assim como sobre a posição do outro nesse mesmo contexto.

Nesse sentido, apreender visões de mundo significa mergulhar nos significados produzidos pelos objetos sociais no interior de determinado grupo social. A linguagem, como um sistema de símbolos articulados, coaduna uma forma ampla de conhecimento que encerra outras formas de saber como teorias de senso comum. Essas teorias podem ser chamadas de

representações sociais, que se configuram como sistemas de interpretação da realidade que produzem e se constituem de valores, crenças e atitudes primordiais na construção e disseminação de representações permitem ao pesquisador aproximar-se do objeto definido, no próprio dinamismo que o gera. (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2001),

Assim também, em função de uma análise que se pretende investigativa e interpretativa de um “mesmo problema” em contexto literários/culturais do Brasil, inscreve-se, neste estudo, uma das possibilidades dos estudos comparativistas: a de “atuar entre várias áreas, apropriando-se de diversos métodos, próprios aos objetos que ela coloca em relação” (CARVALHAL, 1991, p.10). A leitura comparativa dessa produção biográfica possibilitará compreender como as ideias postas pela citada escritora em seu contexto dão sentido à organização e à percepção de temas importantes no contexto contemporâneo, a exemplo da educação e os direitos humanos, a condição dos povos negros e indígenas, dentre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil tem como característica marcante a sua diversidade cultural, advinda de sua constituição de base formada por características dos colonizadores europeus (brancos), dos negros (africanos) e dos indígenas (população nativa), depois acrescidas pelos povos imigrantes, advindos da Europa e países asiáticos. As características culturais decorrentes da formação da sociedade brasileira são marcantes e consideradas, até mesmo, como elementos fundamentais da identidade nacional. Discutir a identidade brasileira é importante, pois os brasileiros precisam construir de forma crítica a própria imagem para que possam vencer suas lutas e negociações de reconhecimento e superarem a situação de crise permanente em torno de questões étnico-raciais.

O Estado brasileiro se caracterizou, por muito tempo, pelo colonialismo/escravismo. Suas regras foram ditadas por Portugal e tudo o que se produzia era para o sustento da metrópole. Dessa maneira, os indígenas, inicialmente, e os negros, posteriormente, foram escravizados e coisificados, sendo excluídos do acesso à riqueza produzida no país. Para além do “racismo residual”, conforme nomeado por Florestan Fernandes (2013), o que vemos é a permanência de exclusão racial e atitudes preconceituosas ressignificadas no cotidiano, corroborando a manutenção da miserabilidade das populações negras e indígenas, os povos negros e indígenas frequentemente se veem às voltas em conflitos na defesa de suas formas de sobrevivência e cultura.

A evidência da diversidade cultural na sociedade brasileira é flagrante, em face de sua formação histórica, de sua multiplicidade racial e do reconhecimento da existência de características culturais. Bosi (1992) reconhece essa heterogeneidade e atenta para o fato de que a admissão de seu caráter plural é importante para a efetiva compreensão da sociedade nacional em sua diversidade.

A identidade cultural, entendida como valores, representações, símbolos e patrimônio, assimilados e compartilhados por comunidades, se encontra no centro dos questionamentos das ciências humanas. Sendo assim, há necessidade de identificar a cultura como parte importante do reconhecimento humano e da luta pela identidade do ser como pessoa. Em função disso, busca-se desvendar estilos de vida que remetam à noção de cultura de minorias, como: grupos étnicos, religiosos e também de identidades. Hall afirma que “a identidade somente se torna uma questão quando existe crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2006, p.9).

Assim, pode-se afirmar que o intenso estudo sobre as culturas é de suma importância para se chegar à identificação de um Estado igualitário que busca dirimir desigualdades e sabe lutar pelas diferenças de maneira a proteger aqueles que fazem parte de um grupo minoritário da sociedade. Entender a presença do negro e do índio em nossa história é buscar valorizar sem reforçar estereótipos, quer dizer, permitir que compreendamos as suas histórias para que estas sejam apreendidas e socializadas em consonâncias com os Direitos humanos (FERREIRA FILHO, 2004). Vale salientar que “grande parte da tarefa dos educadores em direitos humanos no Brasil é representada pela necessidade de educar para a igualdade nas relações étnico-raciais” (FEIX, 2012, p.9)

Assim, as questões étnico-raciais carecem de profunda discussão e presença como política pública educacional, no sentido da garantia, da proteção e defesa dos direitos humanos por meio da difusão da cultura de direitos que proporcione efetiva participação no exercício pleno da cidadania por parte da pluralidade étnico-racial dos cidadãos. É neste sentido que se inscrevem as Leis Federais Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08, para fins de práticas que promovam a Educação para o respeito à diversidade, a partir do reconhecimento das duas etnias, negra e indígena, e suas contribuições na formação e desenvolvimento do Brasil e de seu povo. O cumprimento das leis tem como base temas voltados para as relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africanas, constituídas a partir de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução, além de promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica no Brasil.



As produções escritas de Nísia Floresta, conforme as pesquisas científicas de Constância Duarte (1995), foram significativas para relevar como esta brasileira lutou pelos direitos que lhe eram devidos, enquanto mulher, assim como por causas voltadas aos indígenas e à abolição da escravatura. Revisitar estes conhecimentos que foram historicamente constituídos, conforme sua condição de atuação e publicação, pode nos conferir uma visão sobre pautas em voga no contexto do século XIX ainda válidas no XXI, ao menos no sentido de compreender como determinados conceitos concretizam-se nas ações dos indivíduos, formados a partir de diferentes matrizes de conhecimento, sejam elas científicas, religiosas, de senso comum, tradicionais ou outras.

Desse modo, a compreensão do recorte dos Direitos Humanos sob o enfoque étnico-racial representados na produção bibliográfica da Nísia Floresta passa pelo entendimento de que a luta por direitos humanos, pela defesa e promoção da dignidade humana, não é mero pensamento, mas é prática da entrega moral, afetiva e emocional baseada na inconformidade e nas exigências de ações concretas por parte da sociedade. Para tanto, revisitar os retratos da diversidade na literatura nisiana é compreender que as representações sociais são fruto de uma construção cultural histórica, não são construídas isoladamente, são apropriações de representações sociais vindas da família, do trabalho, da escola, do dia a dia do sujeito social. O ser humano carrega em si a história de seu grupo, uma espécie de memória coletiva construída pelos fatos e acontecimentos que fazem parte de sua história e também influencia as suas ações. Ao deparar-se com determinada situação, o indivíduo busca, nessa memória, imagens, emoções e valorações, referentes ao conhecimento anteriormente adquirido, tentando compreender o novo (MOSCOVICI, 2009).

Assim, pode-se afirmar que o estudo sobre as formas de organização social é de suma importância para se chegar à identificação de um Estado igualitário que busca dirimir desigualdades e sabe lutar pelas diferenças de maneira a proteger aqueles que fazem parte de um grupo minoritário da sociedade. Seja em sua forma ensaísta ou literária, a produção escrita de Nísia Floresta, com destaque para *Opúsculo Humanitário* (publicado em 1853) e *A lágrima de um caeté* (publicado em 1849), representaram um meio de manusearmos a linguagem, especialmente, a literária, como um instrumento possível de proporcionar a reflexão sobre a justiça, a tolerância e a experiência de autonomia, a contribuir para a liberdade do indivíduo (COMPAGNON, 2009). O entendimento é que a literatura pode não mudar a realidade, pois ela não é real, mas tem o poder de libertar da alienação e da opressão. Dessa forma, a literatura tende a contribuir duplamente em função da educação, tanto para aqueles que oprimem por não conhecer e para aqueles que são oprimidos (CANDIDO, 1995, 2002). Isso

porque a literatura tende a aproximar um ser humano de outro ser humano, mostrando as inúmeras faces da humanidade e por isso deve ser lida e estudada, pois oferece um meio, conforme aponta Compagnon (2009, p. 47):

[...] de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muitos e diversos e que seus valores se distanciam dos nossos.

Como produtoras da criação literária, as mulheres passaram a reconstruir suas identidades, revelando ao mundo escritoras capazes de contribuição ao cânone literário, assim como profissionais engajadas na educação, política e em diferentes áreas da sociedade (ALVES, 2002). A escritora Nísia Floresta é considerada uma das maiores mentes femininas do século XIX, tendo deixado, além de uma obra literária de grande valor, um legado de luta pela valorização da educação e direitos humanos. O que tornou relevante verificar, neste estudo, o seu protagonismo nas questões étnico-raciais do negro e do índio, e quais reflexões e análises são importantes para se compreender questões referentes ao país ainda presentes na contemporaneidade sobre estes grupos étnicos. Sendo assim, neste trabalho de nível bibliográfico, buscamos compreender a importância da memória individual e seus reflexos na construção da memória coletiva e social, por meio da literatura de autoria feminina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise da obra de Nísia Floresta, foi possível compreender que ideias e comportamentos considerados comuns na sociedade no século XIX em relação às questões da educação para mulheres e de étnico-raciais para com a população negra e indígena, a exemplo da exclusão de direitos básicos, podem ser encontrados na contemporaneidade com muita recorrência. No livro *Opúsculo Humanirário* (1853), tem-se o combate ao modelo educacional vigente à sua época, e lança mão de propostas inovadoras para a educação no Brasil. Já a condição da vivência indígena foi registrada por Nísia Floresta através do poema *A lágrima de um Caeté*. Em um dos fragmentos do poema, a autora registra: “Nossas eram as matas, suas frutas,/Seus regatos, seus rios, tudo era/Propriedade nossa... A Natureza/Por toda a parte bela nos sorrias,/Sorria-nos amor, o céu sorria-nos...” (FLORESTA, 1997, p. 42).

Nísia Floresta chamou atenção para o fato de o Brasil ter sido tomado dos povos nativos (os indígenas). Os exploradores retiraram dos indígenas a natureza e seus bens mais preciosos. Atualmente, com o avanço do neoliberalismo, podemos observar que não se medem esforços para explorar, saquear e tomar terras de povos indígenas, “sorrir” tem sido cada vez mais difícil: “dor o coração compenetrado/ De uma inteira, infeliz, extinta raça.../Vingando-te, eu a vingo” (FLORESTA, 1997, p. 52). A busca pela identidade historicamente negada pode ser percebida nesses versos, nos quais o eu-lírico afirma que o caeté faz parte de uma raça infeliz e extinta, buscando assim por justiça.

No livro *Opúsculo Humanitário*, Nísia Floresta expressou seu desagrado em relação à vivência dos povos indígenas como forma de denúncia social. Neste livro, a autora também se posicionou em relação ao sistema escravocrata, criticando o fato de condenarem os negros ao cativeiro e à educação do chicote (FLORESTA, 1989). Os registros de Nísia Floresta demonstram que as relações de poder e dominação dentro da lógica eurocêntrica tendem a condicionar o índio e o negro em uma situação de subserviência, impossibilitando-os de viver dignamente. A negação de direitos, assim como o silêncio das minorias ecoam na atualidade, o que demonstra que a luta da educadora Nísia Floresta, através de diversos escritos e militância precisa ser legitimada e continuada para que possamos obter resultados significativos quanto à formação de uma sociedade de garantia de direitos para todos os brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do século XIX, a escritora e educadora Nísia Floresta, uma pioneira do feminismo, é uma protagonista de inquietações que ultrapassaram as barreiras de gênero. Suas ideias registradas na obra *Opúsculo Humanitário* e *A lágrima de um caeté* mostram que esta também esteve preocupada com questões étnico-raciais no Brasil. Enquanto educadora, Nísia Floresta compreendia que a educação era um fator irrefutável e como resultado possibilitaria emancipação social de grupos que foram silenciados através dos séculos.

Embora haja avanços e conquistas de direitos dentro dos movimentos étnico-raciais, afirmamos que ainda há muito a ser feito para que consigamos uma mudança efetiva e de igualdade dentro da sociedade brasileira, quanto ao ensino e à cidadania, principalmente para os negros e indígenas. Discutir questões em torno da educação para a diversidade, sob a via do resgate histórico, contribui para que identifiquemos a memória literária de forma contextualizada, possibilitando constituir-se em material a ser inserido em uma ação



educativa, à luz do que preconiza a lei 11.639/08, voltada para a inserção do histórico cultural étnico-racial no âmbito do ensino.

Na prática de leitura, torna-se relevante entender que as representações construídas pelos sujeitos são resultados de significados utilizados nas formas de compreender o mundo e os objetos que dele fazem parte, pois a linguagem caracteriza-se, à espécie de um simulacro, como uma interpretação viva e dinâmica da realidade possibilitando-nos fazer uma análise das representações sociais em sua diversidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ívia. “Imagens da mulher na literatura na modernidade e contemporaneidade” In: **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. IN: SILVIA, Lúcia Ferreira; NASCIMENTO Enilda Rosendo do (Org.). Bahia: FFCH/UFBA, 2002.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOSI, A. **A cultura brasileira: temas e situações**. 2. ed. São Paulo : Ática, 1992.
- BRASIL. LEI 11.645/2008, 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 17 de maio de 2021.
- CANDIDO, Antonio. “A literatura e a formação do homem”. In: _____. **Textos de Intervenção**. São Paulo: Editora 34/ Duas Cidades, 2002.
- CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: _____. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARVALHAL, Tânia F. “Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar”. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 1, n. 1, São Paulo: ABRALIC, mar. 1991.
- COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: vida e obra**. 2006. Natal: UFRN, 1995.
- FEIX, Virgínia. “Sobre a urgência da educação para a igualdade nas relações étnico-raciais”. In: **Direitos humanos e relações étnico-raciais : caminhos para a educação**. / organizadores José André da Costa ... [et al.]. – Passo Fundo : Berthier, 2012.
- FERNANDES, Florestan 1920-1995. **O negro no mundo dos brancos / Florestan Fernandes**; apresentação de Lília Moritz Schwarcz. – 1ª edição digital. São Paulo, 2013.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo. Ed. Saraiva, 2004.
- FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.



FLORESTA, Nísia, 1809 ou 10-1885. **Opúsculo humanitário** - Ed. Atual. / com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. - São Paulo : Cortez ; [Brasília, DF] : INEP, 1989.

FLORESTA, Nísia. **A lágrima de um Caeté**. Ed. atualizada com Notas e Estudo Crítico de Constância Lima Duarte para a 4ª edição. Natal: Fundação José Augusto, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG / Brasília: UNESCO, 2003.

LIMA, Sírlia de Sousa – Nísia Floresta: **Norte-rio-grandense, Brasileira e Universal, despertando a mulher de seu papel social**. Rio Grande do Norte, 2019.

LOURO, Guacira. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAGALHÃES, Belmira. **O ensino de Literatura e a interconexão entre representação literária e história**. In: Leitura. Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, 2005.

MOSCOVICI, Serge. “Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história”. In JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.